

## **PROJETO DE LEI \_\_\_\_/2022**

***“Dispõe sobre a obrigatoriedade ao acesso do prontuário médico ao paciente em sua Unidade de Saúde de abrangência ”.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica garantido ao paciente em sua ESF -Unidade de Saúde dentro de sua área abrangência o acesso direto e imediato ao prontuário médico.

**Art. 2º** A Administração Municipal providenciará a colocação de placas informativas, fornecendo cópias quando solicitado pelo paciente ou a representante por ele formalmente indicado, ou ainda ao responsável legal.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Executivo Municipal.

**Art. 4º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Com essas justificativas, solicitamos seja a presente proposição de lei analisada, deliberada e aprovada por essa casa de lei.

**Itaúna 04 de Agosto de 2022**

***Márcia Cristina Silva Santos***  
*Vereadora -Patriota*

## **JUSTIFICATIVA**

Informações qualificadas são elementos básicos para a correta tomada de decisões, quer na efetivação de procedimentos quer na programação de políticas e programas vinculados à área da saúde.

Sabemos que é vedado ao médico, aos demais trabalhadores da equipe de saúde e aos estabelecimentos de atenção à saúde, negar ao paciente, ou a representante por ele formalmente indicado, ou ainda ao responsável legal garantia do acesso ao prontuário médico.

É direito do consumidor o acesso aos seus dados médicos inscritos no prontuário. Essa norma é prevista no art. 88 do Código de Ética Médica e na Carta de Direitos dos Usuários da Saúde, do Ministério da Saúde. O próprio Código de Defesa do Consumidor garante o acesso a qualquer registro referente ao consumidor.

Ocorre que a forma burocrática como está sendo prestadas essas informações, impondo ao paciente que se desloque até sede da Prefeitura Municipal para protocolar o pedido formal e ainda aguardar um prazo de 15 (quinze) dias para obter seu prontuário, vai em desconformidade com a prioridade absoluta que a Saúde exige do Poder Público, tendo em vista sua vulnerabilidade, que ainda é agravada nas camadas mais pobres da sociedade, face às evidentes limitações de ordem econômicas encontradas.

Importante ainda mencionar que todos os funcionários administrativos têm o mesmo compromisso, que os médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde que atuam diretamente com o paciente, para com a preservação de todas as informações que tiverem acesso por força de sua atuação profissional, mais esse deslocamento de cópias do prontuário Médico, coloca em risco o sigilo de informações e a privacidade do paciente.

**Itaúna 04 de Agosto de 2022**

***Márcia Cristina Silva Santos***  
*Vereadora -Patriota*